



Centro
Cultural
Câmara
dos Deputados

mulheres no poder

O Centro Cultural
Câmara dos Deputados
apresenta a exposição

mulheres no poder

Brasília, fevereiro de 2024



O Centro Cultural Câmara dos Deputados é responsável pela preservação do acervo museológico da Câmara dos Deputados e pela realização das ações culturais que ocorrem na instituição, como exposições artísticas e históricas e eventos literários.

Além de promover as culturas regionais e a produção artística contemporânea nacional, o Centro Cultural atua na preservação da memória da instituição e na história do Poder Legislativo. Idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o Palácio do Congresso Nacional abriga obras de artistas brasileiros renomados da segunda metade do século XX, como Di Cavalcanti, Athos Bulcão e Marianne Peretti.

Com o intuito de viabilizar a diversidade e a qualidade das exposições realizadas pelo Centro Cultural, todos os anos promovemos um edital público para a seleção das mostras artísticas e históricas que ocuparão, no ano subsequente, os espaços destinados aos eventos culturais. As propostas apresentadas são avaliadas por uma Comissão Curadora e, desta forma, o Centro Cultural proporciona a artistas e curadores de todo o Brasil a oportunidade de apresentar seus trabalhos em áreas da Câmara dos Deputados onde há grande circulação de visitantes de diversas partes do país, propiciando o exercício e a promoção da cultura e da cidadania.



sem mulheres, sem democracia

Nesta exposição nos guia a convicção de que uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva requer a presença ativa e equitativa de diversos grupos nos centros decisórios. Mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIAP+ precisam ter as mesmas oportunidades para acessar e exercer o poder. Do contrário, a efetivação do Estado Democrático de Direito, como preconiza a nossa Constituição Cidadã, não será plena.

No caso das mulheres, a luta por direitos políticos data de tempos imemoriais. No Brasil, a sub-representação feminina sempre foi uma constante, seja no período colonial, no império ou na república, e as mulheres apenas alcançaram a garantia fundamental de votarem e serem votadas há menos de um século.

Resta um longo caminho a percorrer para que haja equidade na representação política e outro maior ainda na ocupação de cargos nos níveis mais altos de tomada de decisão da administração pública.

Em um país em que 51,5% são mulheres e 56% do total da população é de pessoas negras, uma representação política mais justa só existirá quando houver uma maior proporcionalidade de parlamentares que correspondam a seus interesses e demandas nas Casas Legislativas municipais, estaduais e federais. A presença numérica, por sua vez, precisará vir acom-

panhada da ocupação de cargos de liderança para uma participação ativa na tomada de decisões. Isto supõe que não fiquem limitadas a funções que reafirmam os tradicionais estereótipos raciais e de gênero. Além dos princípios de equidade, há evidências que indicam uma correlação entre a presença de mais mulheres em espaços públicos de decisão e maior crescimento econômico, igualdade de gênero e maiores investimentos sociais em educação, saúde e proteção ambiental. Aponta-se que também há um impacto positivo da participação política das mulheres no desempenho das organizações públicas e na redução nos níveis de corrupção*.

Esta exposição, mais do que a reunião de dados, imagens e argumentos, é conclamação. Conclamação para que nos movimentemos, nos apoiemos e que, junt_s, transformemos toda a estrutura da sociedade.

Ana Cláudia Lustosa
Samay Gomes
Yasmin Loureiro

*Disponível na publicação *Mulheres líderes no setor público da América Latina e do Caribe: lacunas e oportunidades* (2022), promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



avanços da participação política e legislativa

As mulheres não conquistaram seus direitos políticos de uma só vez. A cronologia da participação feminina na política é marcada por uma série de avanços graduais, construídos com luta, resistência e articulação coletiva. A conquista do direito ao voto, o direito de ser eleita, a ocupação de cargos legislativos, executivos e judiciais — cada etapa representou um passo importante na consolidação da cidadania plena das mulheres. Cada nova legislação, acontecimento ou assento ocupado em espaços ainda predominantemente masculinos deve ser celebrado não apenas como conquista individual, mas como símbolo de transformação cultural e institucional.

MULHERES NO PODER

Nenhuma mulher chegou ao poder sozinha. Por trás de cada presença feminina na política há uma trajetória coletiva de enfrentamento às barreiras sociais, políticas e simbólicas impostas ao gênero. Muitas abriram caminhos para que outras pudessem ir mais longe, desafiando estruturas de exclusão e rompendo com estereótipos. O avanço da participação legislativa feminina deve, portanto, ser entendido como parte de um movimento contínuo de democratização dos espaços de poder e da produção de leis mais justas, plurais e representativas da diversidade da sociedade brasileira.

	15 32					
	Primeira eleição do Brasil, quando os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa — São Vicente, em São Paulo — foram às urnas para eleger o Conselho Municipal.					
			18 22	Maria Leopoldina, imperatriz do Brasil, exerce a regência na ausência de D. Pedro I, que estava em São Paulo. A imperatriz envia-lhe uma carta exigindo que D. Pedro proclamasse a Independência do Brasil: “O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece”.		

19 27						
						
Surge a primeira eleitora do país, professora Celina Guimarães, ao realizar sua inscrição eleitoral, aos 29 anos. Isso ocorreu após entrar em vigor a Lei Estadual 660/1927, que tornava o Rio Grande do Norte o primeiro estado a estabelecer a não distinção de sexo para o exercício do voto.						
			19 28	Luíza Alzira Soriano Teixeira é eleita a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, no município de Lages, Rio Grande do Norte.		

1932

Inclusão do direito ao sufrágio feminino no primeiro Código Eleitoral brasileiro (Decreto 21.076).



19
33

Carlota Pereira de Queiroz é eleita a primeira deputada federal do país. Ela era a única mulher parlamentar entre 254 deputados.



1962

Criação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.212), que permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar.

1934



Antonieta de Barros é eleita a primeira deputada estadual de Santa Catarina e primeira mulher negra a assumir um mandato eletivo no Brasil.

19
39

Auri Moura Costa é nomeada a primeira juíza brasileira, que também viria a ser a primeira desembargadora do Brasil, em 1968.



	1977	Promulgação da Lei do Divórcio (Lei 6.515), tornando o divórcio uma opção legal para as mulheres no Brasil.			
					
Alteração no Código Eleitoral em vigor (Lei 4.737) para permitir o alistamento eleitoral para todas as mulheres.				1979	Eunice Michiles assume como senadora e é a primeira mulher a integrar o Senado Federal por ocasião da morte do titular da vaga, João Bosco de Lima.
					
1965					

				Iolanda Fleming assume o governo do Acre, primeira mulher a governar um estado brasileiro.	
				1982	
1981		Laélia Alcântara assume como senadora, tornando-se a primeira senadora negra no Brasil e a segunda mulher a ocupar cadeira no Senado na história republicana. Ela representava o estado do Acre.			

1988

Promulgação da Constituição Cidadã, considerada a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil. Esse avanço se deve ao movimento conhecido como Lobby da Batom, resultado da articulação das 26 deputadas na Assembleia Constituinte de 1987–1988.



1992

Kátia Nogueira Tapety vence as eleições para vereadora, sendo a primeira transexual eleita para algum cargo político no Brasil.

16

1995

Promulgação da primeira lei que estabeleceu cotas para a participação feminina em uma eleição (Lei 9.100), determinando que pelo menos 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por mulheres.

Ellen Gracie é a primeira mulher a se tornar ministra do STF e a presidi-lo.

2000



Promulgação da Lei das Eleições (Lei 9.504), que passou a prever a reserva de vagas para a participação feminina nos pleitos aos cargos proporcionais: deputado federal, estadual e distrital e vereador.

1997

MULHERES NO PODER

17

2009

Promulgação da primeira minirreforma eleitoral (Lei 12.034), que tornou obrigatório o preenchimento mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, por cada partido ou coligação.



2010

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita para a Presidência do Brasil.

2015

Promulgação da Lei 13.165, que determinou que 20% do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV fossem usados para incentivar a participação feminina na política.





2018

Joênia Wapichana foi a primeira mulher indígena eleita deputada federal.

Decisão do STF sobre destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de mulheres, sem fixar percentual máximo. O TSE determinou reserva de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidaturas femininas pelos partidos políticos.

2018

		2021	Aprovação da Reforma Eleitoral (Emenda Constitucional 111), que determina que, entre 2022 e 2030, os votos dados a mulheres e pessoas negras contarão em dobro para distribuição de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral entre os partidos políticos.			
Decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela aplicabilidade da reserva de no mínimo 30% das vagas dos órgãos de direção dos partidos políticos para mulheres e que a distribuição do Fundo Eleitoral e do tempo de rádio e TV deve ser proporcional ao número de candidatas negras e negras.						2021
2020						Promulgação da Lei da Violência Política de Gênero (Lei 14.192), que criminaliza a violência política contra a mulher.

					
2022			2023	Sônia Guajajara é indicada para ministra de Estado e torna-se a primeira mulher indígena a exercer o cargo.	
Eleita a maior e mais diversa Bancada Feminina da história da Câmara, com 91 deputadas. Desse número, duas são mulheres trans, quatro são indígenas e 34 são autodeclaradas pretas ou pardas.					
					



mulheres na câmara

Composta por 100 mulheres, entre eleitas e suplentes, a Bancada Feminina é atualmente a maior de toda a história. Ainda que este número represente uma grande conquista, é preciso reconhecer que existe uma lacuna histórica significativa da presença feminina na Câmara dos Deputados. Somadas todas as mulheres que já ocuparam uma cadeira de deputada ao longo dos mais de 200 anos do Parlamento, elas não seriam suficientes para ocupar todas as 396 cadeiras do Plenário: são 335 mulheres contra 7.568 homens.

Esse desequilíbrio revela não apenas a sub-representação numérica, mas também os obstáculos estruturais que ainda dificultam o ingresso e a permanência das mulheres na política institucional. As barreiras vão desde a falta de apoio partidário e financiamento de campanha até a violência política de gênero, que

silencia, intimida e afasta muitas mulheres do debate público. A representatividade feminina precisa ser ampliada não como concessão, mas como expressão legítima de uma democracia que se pretende efetivamente plural.

O fortalecimento da presença de mulheres na política é essencial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, que reflitam as demandas de toda a população. Mais mulheres na política significa maior diversidade de perspectivas, sensibilidade para as desigualdades e compromisso com pautas históricas como saúde reprodutiva, educação, combate à violência e cuidado com a vida. A ampliação da bancada feminina é, portanto, uma vitória coletiva, mas também um chamado à ação permanente por uma democracia paritária.

Total de
mulheres e
de homens
eleitos para a
Câmara dos
Deputados
desde 1934



mulheres em cargos de liderança

Em uma democracia representativa, os diferentes grupos devem estar presentes no processo de decisão política, garantindo-lhes acesso a todos os níveis de poder, desde os mais elementares até os mais elevados. Dados da União Interparlamentar apontam que o Brasil está na 135ª colocação do ranking de participação de mulheres na política nacional, em um total de 192 países. Em comparação com os países latino-americanos, o Brasil só fica à frente do Haiti.

Atualmente há uma proporcionalidade entre o número de mulheres na maioria das posições de liderança na Câmara dos Deputados e a quantidade de mandatos femininos. Queremos acreditar que uma representação mais justa no Parlamento permitiria um crescimento de mulheres nestas posições, o que

certamente contribuiria para democratizar o debate político e ampliar a escuta sobre temas muitas vezes negligenciados, como a violência de gênero, os direitos reprodutivos, o cuidado, a educação e a equidade no trabalho.

Além disso, a ampliação da representação feminina tem impacto direto na qualidade da democracia e na formulação de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades sociais. Quando diferentes experiências de vida participam da construção de leis e decisões nacionais, o resultado é um Estado mais eficaz, plural e comprometido com os direitos humanos. É preciso avançar rumo a uma representatividade paritária no Brasil.

Os dados abaixo mostram como estão distribuídas as vagas de lideranças desta Casa entre as 94 deputadas em exercício atualmente.



Fonte: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI)

mulheres na política: quantas você vê?



essa é a resposta...



chegar ao poder
é poder
ter poder
poder
chegar ao poder
é ter poder?



você sabe quem é?

Ao longo da história, as mulheres demonstraram competência, criatividade e excelência nos mais diversos campos do conhecimento e da política. Seja nas artes, nas ciências, na medicina, nos esportes ou na formulação de ideias e estratégias políticas, elas deixaram contribuições valiosas — muitas vezes desconsideradas ou atribuídas a homens. A ausência feminina nesses espaços não se deve à falta de talento ou capacidade, mas sim a um machismo estrutural que, por séculos, impôs barreiras à sua participação ativa na vida pública e intelectual, restringindo o acesso à educação formal, ao exercício profissional e à tomada de decisões.

Mesmo diante de um contexto adverso, as mulheres nunca ficaram paradas. Muitas atuaram à margem das instituições dominadas por homens, lutando silenciosamente — e às vezes em confronto direto — para ocupar os espaços que lhes foram negados. Houve sempre resistência e produção de conhecimento.

Leia as dicas a seguir e tente descobrir quais são as personalidades em questão.

Vire a página para conferir as respostas corretas.





Marta

A jogadora Marta (1986), eleita melhor jogadora da história do futebol feminino pela Federação Internacional de História e Estatísticas do Futebol e maior artilheira da história da seleção brasileira, é uma verdadeira lenda do esporte. Nascida em Dois Riachos (AL), começou sua carreira jogando em times masculinos de futebol, já que não havia times femininos. Em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2018 recebeu o prêmio “Bola de Ouro” da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Também foi campeã dos Jogos Pan-Americanos de 2003 e 2007 e vice-campeã nas Olimpíadas de 2004 e 2008.



Mapeou o genoma do coronavírus em tempo recorde.

Jaqueline Goes de Jesus

A biomédica Jaqueline Goes de Jesus (1989) recebeu a Comenda Zilda Arns 2020 como reconhecimento de seu trabalho à frente da equipe que mapeou os primeiros genomas do novo coronavírus (SARS-CoV-2) em apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 no país, em 2020, no Brasil. A média para o resultado do mapeamento, no resto do mundo, foi de 15 dias! Além disso, a sequenciação feita por Jaqueline permitiu a diferenciação entre o vírus que infectou o paciente brasileiro, do genoma identificado em Wuhan, epicentro da pandemia na China. A biomédica foi uma das seis cientistas a serem homenageadas pela fabricante de brinquedos Mattel com uma boneca Barbie e também foi homenageada pela Mauricio de Sousa Produções, com personagens da Turma da Mônica, para o projeto Donas da Rua, que busca trazer visibilidade a mulheres cientistas do Brasil e do mundo.



Atravessou a Cordilheira dos Andes em um avião de pequeno porte, em 1950, e sobrevoou a selva amazônica sozinha em um avião monomotor, sem rádio, apenas com uma bússola, quando ninguém antes havia feito isso.



Ada Leda Rogato

Ada Leda Rogato (1910—1986) foi a primeira sul-americana a conseguir a licença de paraquedista e a obter o brevê de piloto de planador aos 15 anos, além de ter sido a primeira piloto agrícola e terceira mulher a se tornar aviadora no país. Seu apelido era “gaivota solitária”. A aviadora percorreu mais de 50 mil km por 28 países, foi voluntária no patrulhamento aéreo do litoral paulista durante a Segunda Guerra Mundial, foi a primeira aviadora a chegar sozinha à Terra do Fogo na Argentina, entre outros grandes feitos na aviação. Quando parou de voar, tornou-se diretora do Museu da Aeronáutica de São Paulo e, no dia de seu funeral, a Esquadrilha da Fumaça prestou-lhe homenagem, ao voar pelos céus da cidade.



Lutou bravamente na Revolução Farroupilha e no processo de Unificação Italiana.



Anita Garibaldi

Anita Garibaldi (1821—1849) recebeu o título de “Heroína dos Dois Mundos” por ter lutado diversas batalhas no Brasil e na Itália em uma atuação revolucionária. Participava ativamente dos combates, empunhando armas e sofrendo ferimentos. Envolveu-se em conflitos importantes para a história do Brasil, como a Guerra dos Farrapos, momento em que foi presa, mas conseguiu fugir. Na Itália morreu lutando pela unificação do país, enquanto estava grávida de seu quinto filho. Foi homenageada com a criação do Museu Casa de Anita, em Laguna, no seu estado natal, Santa Catarina. Além disso, foram construídos monumentos em sua homenagem em Roma e em Santa Catarina.



	<div><p>Provou ser possível, em 1967, imunizar roedores contra a malária e, em 1980, demonstrou a possibilidade de usar uma proteína do próprio parasita causador da doença para imunizar pacientes.</p></div>		



Ruth Nussenzweig

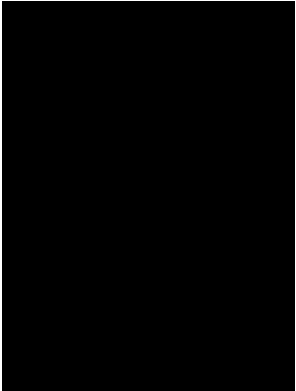
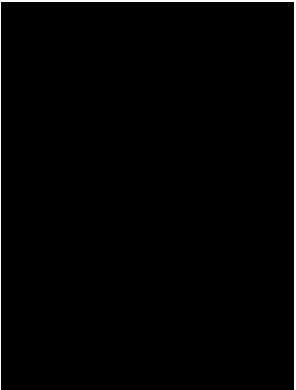
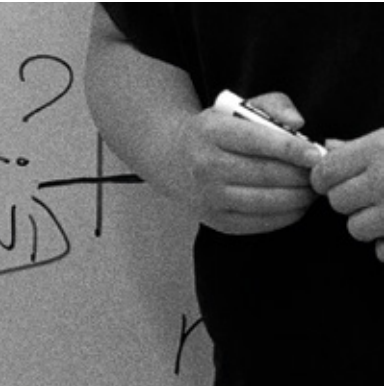
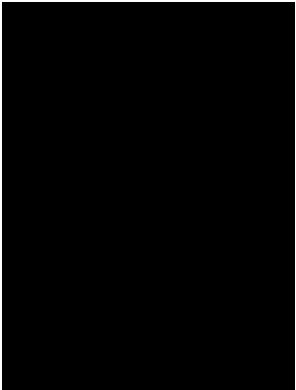
A pesquisadora Ruth Nussenzweig (1928—2018) possibilitou, através de seu trabalho, o desenvolvimento de vacinas contra a malária e tornou-se a primeira pesquisadora brasileira eleita membro da Academia de Ciências dos Estados Unidos. Seu trabalho foi publicado na renomada revista científica *Nature*, cuja taxa de reprovação de artigos chega a 92%. Também desenvolveu estudos focados no parasita causador da doença de Chagas, com impactos na prevenção da doença. A vacina desenvolvida pela cientista é, ainda hoje, a que mostra maior potencial contra a malária.



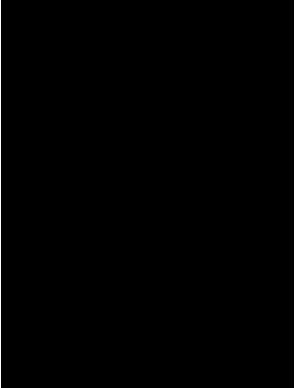
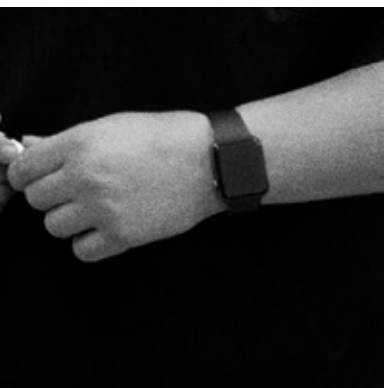
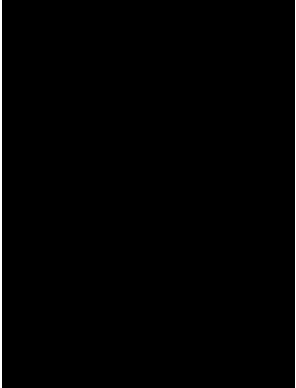
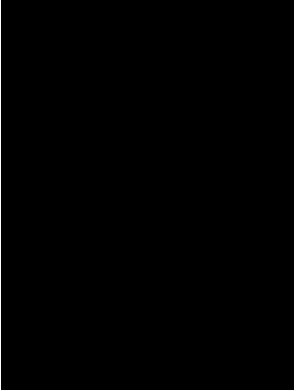


Nise da Silveira

A médica psiquiatra Nise da Silveira (1905—1999) nunca aceitou as formas agressivas utilizadas nos manicômios da década de 1930 e, através da terapia ocupacional e da arteterapia, revolucionou e humanizou o tratamento de pacientes com transtornos psiquiátricos. Foi responsável pela criação da Casa das Palmeiras, clínica destinada ao tratamento de egressos de instituições psiquiátricas, onde atividades criativas e expressivas são realizadas livremente. Além disso, foi pioneira na pesquisa das relações afetivas entre pacientes e animais. Para seus estudos, mantinha contato com Carl Jung, fundador da psicologia analítica, e pôde, com seu trabalho, introduzir a pesquisa junguiana no Brasil.



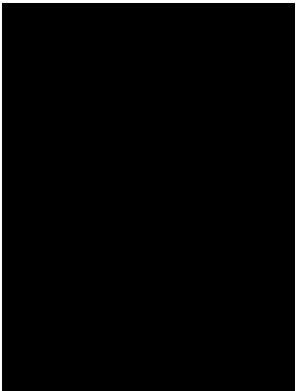
Integra um projeto de 3,5 bilhões de dólares com a Nasa voltado ao desenvolvimento de um satélite para capturar imagens, que será lançado em 2025 e tem a previsão de ficar cinco anos no espaço.



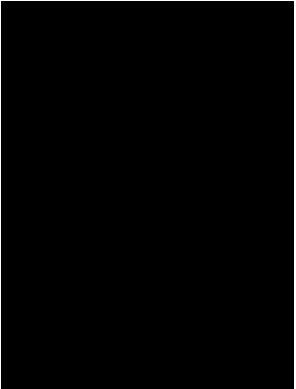
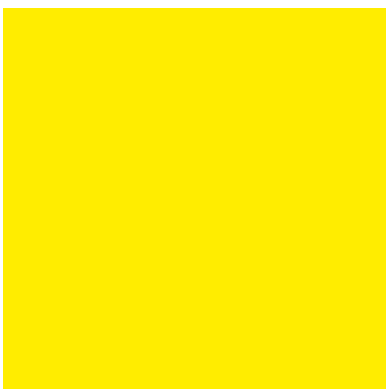
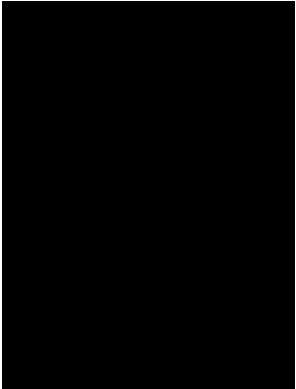
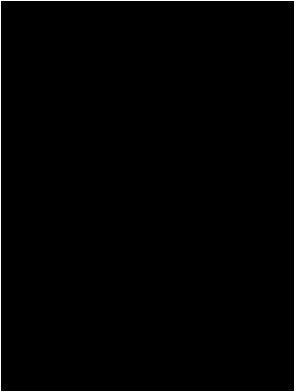
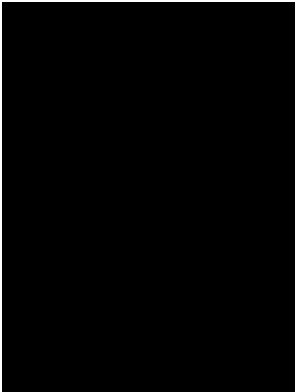
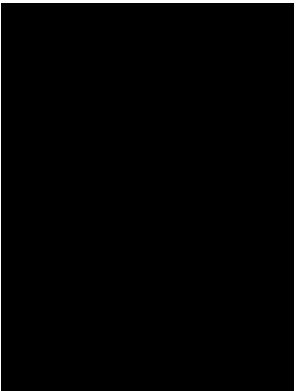


Vivian Miranda

Vivian Miranda nasceu no Rio de Janeiro e é doutora em astrofísica pela Universidade de Chicago. Foi a primeira mulher transexual a cursar pós-doutorado em astrofísica na Universidade do Arizona, onde atualmente desenvolve pesquisas. É também a única brasileira a integrar um projeto da NASA para o desenvolvimento de um satélite avaliado em 3,5 bilhões de dólares (cerca de 13 bilhões de reais). Sua atuação no campo da astrofísica representa um marco tanto pela excelência científica quanto pela representatividade. Ao longo de sua trajetória acadêmica, tem contribuído para a expansão do conhecimento em cosmologia e para a inclusão de pessoas trans na ciência.



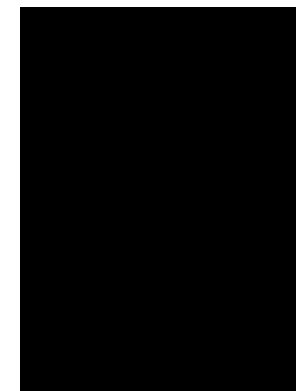
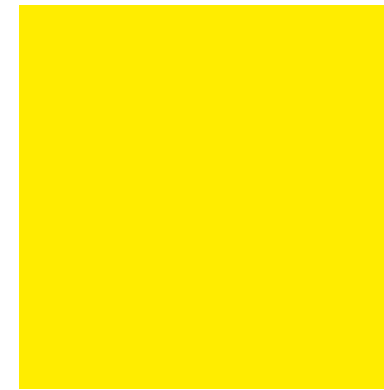
É a maior referência em taxonomia de plantas no Brasil e se tornou um nome importante também internacionalmente. Cerca de 25 espécies de plantas foram batizadas homenageando seu nome.



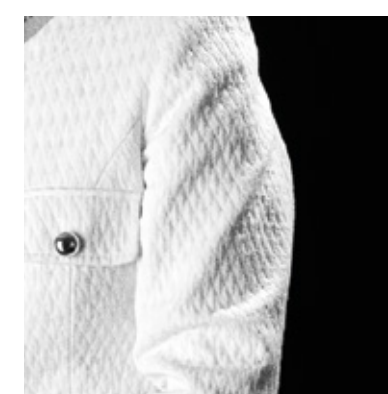
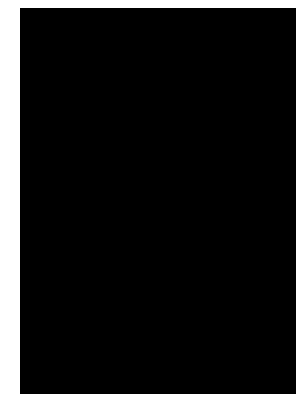


Graziela Maciel Barroso

Graziela Maciel Barroso (1912—2003) foi uma das mais importantes botânicas brasileiras. Começou a estudar botânica de forma autodidata e se tornou referência internacional na área. Atuou como professora e pesquisadora na Universidade de Brasília (UnB), onde formou gerações de cientistas e contribuiu para a classificação da flora brasileira. É autora de obras fundamentais como *Sistemática de Angiospermas do Brasil*, utilizadas até hoje por pesquisadores e estudantes. Foi responsável pela identificação de mais de 25 mil espécies vegetais e tem cerca de 30 plantas nomeadas em sua homenagem. Foi a única brasileira a receber o Millenium Botany Award, prêmio internacional concedido em 1999 durante o Congresso Internacional de Botânica. Seu trabalho teve papel decisivo na organização do conhecimento botânico no Brasil e na valorização da ciência nacional.



Desde 2015, é vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, mais conhecido como IPCC (da sua denominação em inglês Intergovernmental Panel on Climate Change), organização científico-política criada em 1988 pela Organização das Nações Unidas.





Thelma Krug

Thelma Krug (1951) é uma matemática e cientista brasileira com destaque internacional por sua atuação nas áreas de mudanças climáticas e conservação florestal. Trabalhou por mais de 21 anos no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), sendo vice-presidente entre 2015 e 2023. Ao longo de 37 anos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), liderou a Divisão de Sensoriamento Remoto e coordenou projetos de observação da Terra em cooperação com instituições internacionais. Foi uma das responsáveis pela criação do sistema de monitoramento do desmatamento da Amazônia (Prodes) e pelo primeiro inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa. Também integrou a equipe de negociadores brasileiros em fóruns internacionais, contribuindo para acordos como o de Paris.





Compôs mais de duas mil canções populares, entre elas, a primeira marcha carnavalesca do país: *Ô Abre Alas.*



Chiquinha Gonzaga

Chiquinha Gonzaga (1847—1935) nasceu no Rio de Janeiro e foi compositora, pianista e maestrina. Em 1885, tornou-se a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Ao longo de sua carreira, compôs mais de duas mil obras, entre polcas, valsas, tangos, serenatas e músicas para o teatro. É autora da primeira marchinha carnavalesca registrada, “Ó Abre Alas”, composta em 1899. Teve papel de destaque no teatro de revista, sendo responsável por trilhas musicais de diversas peças. Enfrentou o conservadorismo de sua época ao separar-se do marido e viver da música, o que era incomum para uma mulher naquele período. Atuou também em defesa dos direitos autorais dos artistas, sendo uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT). Sua trajetória representa um marco na valorização da mulher na cultura brasileira.





Formou-se na França em ciências naturais e pesquisou os anfíbios, tendo descoberto uma nova espécie de sapos, o *Paratelmatobius lutzi*, conhecido como “Lutz’s rapids frog”.

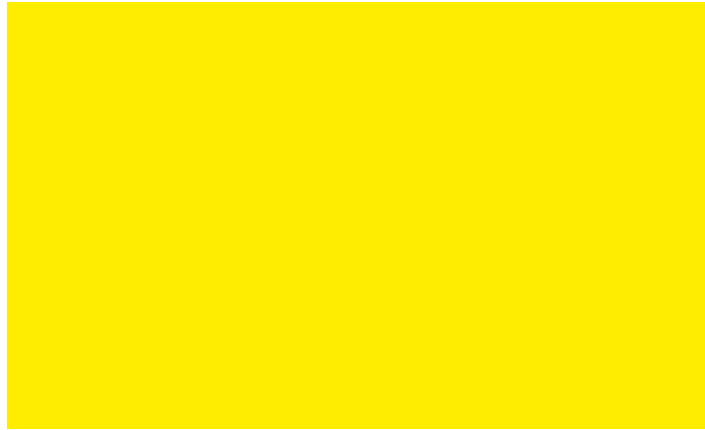


Bertha Lutz

Bertha Lutz (1894—1976) nasceu em São Paulo, formou-se na França em Ciências Naturais e teve como principal objeto de pesquisa os anfíbios. Descobriu uma nova espécie de sapo: o *Paratelmatobius lutzii*, conhecido como *Lutz's rapids frog*. Foi bióloga e é considerada um dos grandes nomes da ciência no Brasil. No cenário político, teve papel importante na luta pelos direitos políticos das mulheres, influenciando diretamente a conquista do direito ao voto feminino no Brasil. Candidatou-se à Câmara dos Deputados pela legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a Liga Eleitoral Independente. Foi eleita suplente e assumiu o mandato em 1936. Sua atuação parlamentar esteve voltada principalmente à legislação trabalhista, com ênfase nos direitos das mulheres, como a equiparação salarial, a licença-maternidade e a proibição do trabalho infantil.



Conquistou, no total, 589 títulos do tênis.



Maria Esther Andion Bueno

A tenista brasileira Maria Esther Andion Bueno (1939—2018) foi a primeira mulher a conquistar os quatro torneios do Grand Slam: Australian Open, Roland Garros, Wimbledon e US Open. Em 1959, recebeu o prêmio de “Atleta Feminina do Ano” da Associated Press, tornando-se, até hoje, a única brasileira a receber essa honraria. No ano seguinte, em 1960, foi homenageada com uma estátua de bronze, atualmente instalada na Praça Califórnia, na cidade de São Paulo, em frente à Sociedade Harmonia de Tênis. Em 1995, conquistou a medalha de bronze nas duplas femininas nos Jogos Pan-Americanos da Cidade do México. Foi eleita a melhor tenista latino-americana do século XX por jornalistas de diversos países.



		<p>Ajudou a salvar a vida de mais de dois milhões de crianças com seu trabalho.</p>	

Zilda Arns

Zilda Arns (1934—2010) nasceu em Santa Catarina. Foi médica pediatra e sanitarista, fundadora da Pastoral da Criança, organização voltada ao combate da desnutrição infantil, da desigualdade social e da violência. Recebeu diversas menções honrosas e títulos de cidadã honorária em várias cidades do Brasil. Foi reconhecida como a 17ª maior brasileira de todos os tempos em uma votação promovida por um programa de formato internacional. A Pastoral da Criança atua em mais de quatro mil municípios brasileiros, promovendo o aleitamento materno, o combate à desidratação e à desnutrição por meio do soro caseiro e da multimistura, além de ensinar noções básicas de higiene e saúde.



se
as mulheres
podem ser referências
no esporte
na arte
na ciência
na medicina
no desenvolvimento
de novas tecnologias

também podem ser
na política?

sim,
elas podem!

Proporcionalmente, desde 2003, as deputadas apresentaram mais propostas legislativas*.

Entre 2019 e 2023

Média de 51 proposições por deputada.

Entre 2015 e 2017

Número de proposições de autoria de deputadas convertidas em normas jurídicas chega a ser 3 vezes maior.

As deputadas trabalharam temas como **direito penal, segurança pública, economia e finanças**.

A maior parte dos PLs que trataram de Direitos Humanos e minorias é de autoria de deputadas.**

Fontes:

* Levantamento do Centro de Documentação e informação da Câmara (CEDI/Câmara dos Deputados, 2023) aponta que a produtividade legislativa da Bancada Feminina na Câmara é maior que a dos homens.

**Artigo “Mulheres parlamentares e Representação Substantiva no Brasil” (2023), Revista *Estudos Feministas*. Autoria de Gerson Scheidweiler, Ana Cláudia Sousa Oliveira e Janara Kalline Leal Lipes de Sousa.

No Brasil

Prefeitas são mais bem-sucedidas no combate à mortalidade infantil.

A representatividade da mulher amplia a implementação de projetos sociais e o acesso à saúde pública.

Fontes:

Publicação *Mulheres líderes no setor público da América Latina e do Caribe: lacunas e oportunidades* (2022), promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Artigo “Increases in Women’s Political Representation Associated with Reductions in Child Mortality in Brazil” (2020), Revista *Health Affairs*. Autoria de Philipp Hessel, María José González Jaramillo, Davide Rasella, Ana Clara Duran e Olga L. Sarmiento.

**mais mulheres,
mais direitos**



maior crescimento econômico

igualdade de gênero

**maiores investimentos sociais em
educação, saúde e proteção ambiental**

**impacto positivo no desempenho
das organizações**

diminuição dos níveis de corrupção

apesar dos dados, esta é a realidade

Nas eleições de 2020*

Nas prefeituras foram eleitos 4.750 prefeitos (87,9%) e apenas 651 prefeitas (12,1%).

Destas, só 9 foram eleitas para administrar grandes cidades e apenas uma é administradora de capital.

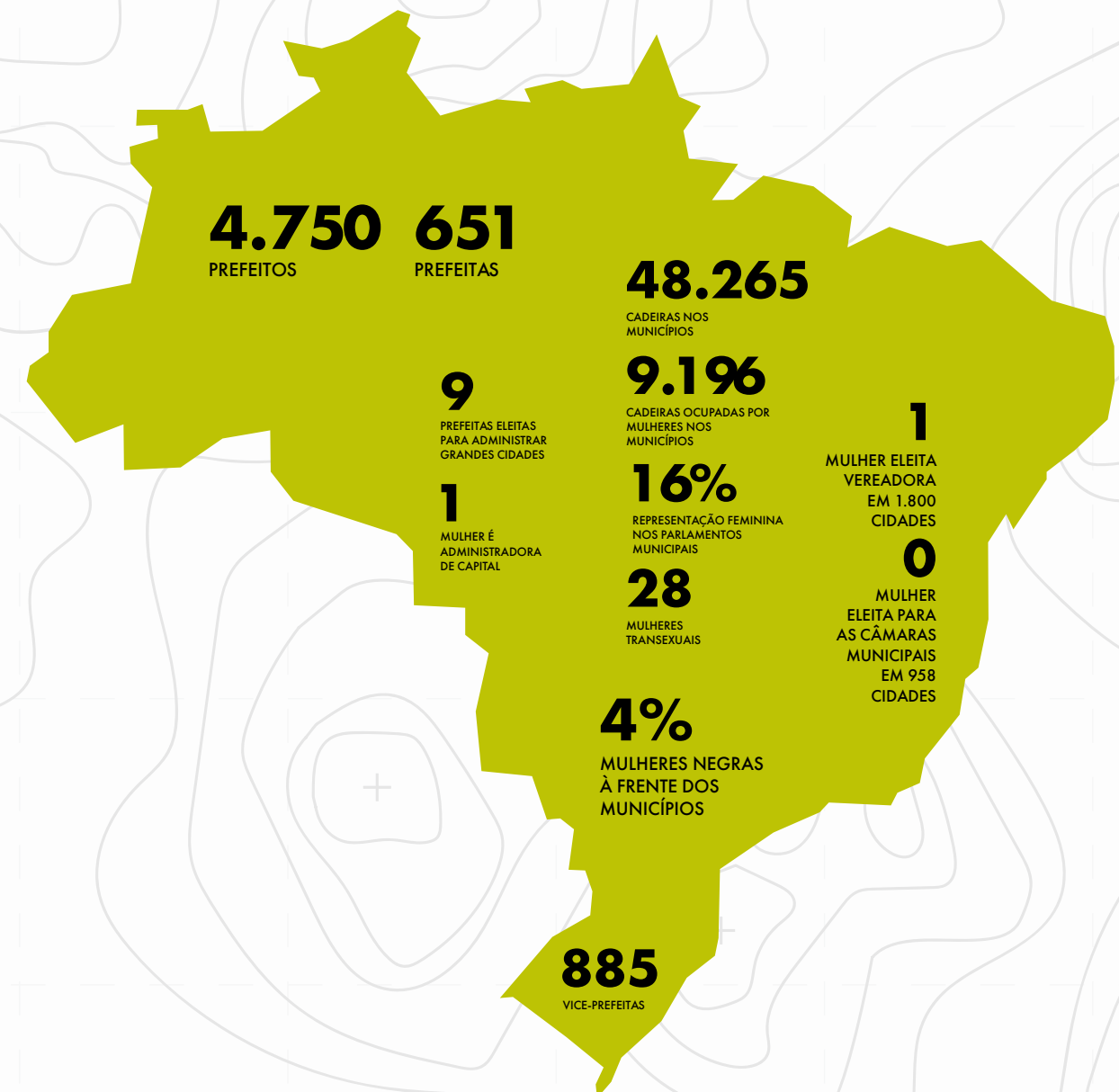
Mesmo sendo 28% da população brasileira, mulheres negras estão à frente de apenas 4% dos municípios.

O Brasil tem apenas 885 vice-prefeitas.

Já nos municípios, em um universo de 48.265 cadeiras, apenas 9.196 passaram a ser ocupadas por mulheres, perfazendo 16% de representação nos parlamentos municipais, das quais 28 são mulheres trans.

Em mais de 1.800 cidades, apenas uma mulher foi eleita vereadora, e em outras 958 cidades, nenhuma mulher foi eleita para ocupar vaga nas câmaras municipais.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



**A violência política
é um dos principais
obstáculos às candidaturas
de mulheres.**

**Combate-la é uma
responsabilidade coletiva.**

A ausência de mulheres nos espaços de decisão distorce as percepções sobre sua contribuição efetiva para a construção de uma sociedade mais equitativa. Pressupomos uma obrigação das atividades de cuidado aparentemente inerente às mulheres, o que faz com que sejam mantidas em áreas associadas a esse estereótipo, como educação, saúde e assistência social.

Essa segregação, porém, não é particular do Brasil. Mesmo em países onde a participação política das mulheres é maior, é comum que as parlamentares sejam excluídas de comissões de segurança, finanças e defesa, usualmente lideradas por homens.

Mas, se olharmos para o mundo do trabalho, para os mais diversos campos de atuação profissional, não restará dúvida sobre a competência das mulheres. E, se podem se destacar e ganhar prêmios mundialmente reconhecidos em tantas outras áreas de conhecimento, por que não na política?

Vencidos os muitos desafios e preconceitos, quando finalmente elas conseguem ser eleitas, ainda precisam enfrentar um outro grande obstáculo: a violência política, que se expressa em atos físicos, em retóricas agressivas e acaba provocando uma marginalização sistemática para manter o desequilíbrio de poder.

Ao expor dados e narrativas que revelam as dificuldades e a atual condição da mulher na política, queremos convidar tod@s a pensarem sobre como se pode apoiar a participação da mulher na política e, assim, fortalecer os pilares de uma sociedade democrática.

Vídeo de
combate
à violência
política de
gênero, criado
pela Publicidade
da Câmara dos
Deputados.





violência política nas redes sociais

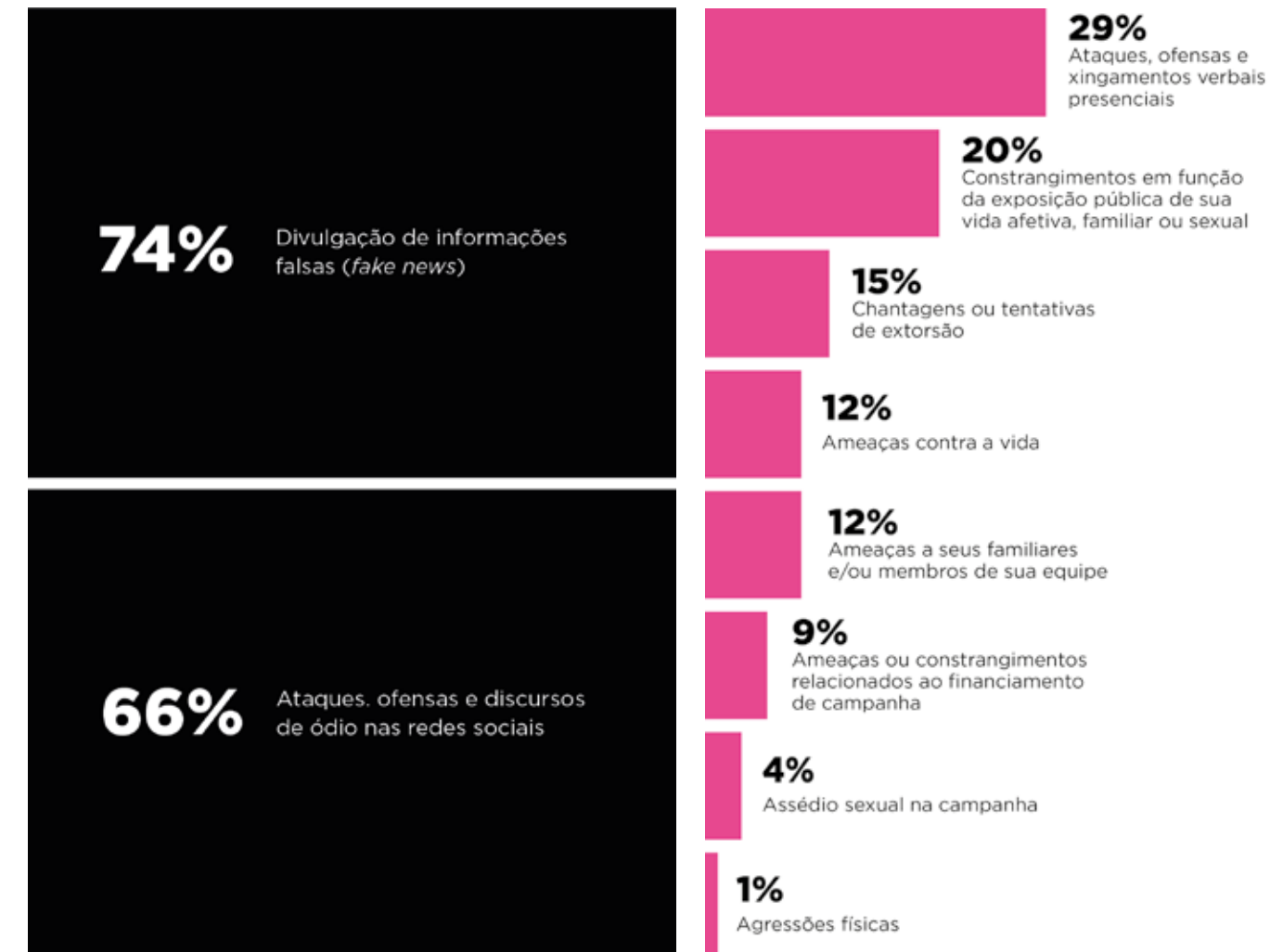
A revolução digital trouxe consigo a promessa de conectividade e diálogo global. No entanto, também trouxe à tona uma nova forma de violência política, que se manifesta nas redes sociais, comprometendo a integridade do discurso público e ameaçando a participação democrática.

Violência política de gênero

58%
das prefeitas afirmam ter sofrido assédio ou violência política pelo fato de serem mulheres

Fonte: Censo das Prefeitas Brasileiras (Mandato 2021—2024) — Instituto Alziras.

Violências mais frequentes na campanha de 2020 nas redes sociais



então, o que fazer para apoiar mulheres na política?

A baixa representatividade feminina nos espaços de poder político não é uma simples coincidência histórica — é fruto de desigualdades estruturais que ainda limitam o acesso das mulheres à tomada de decisão. Mesmo sendo mais da metade da população brasileira, elas seguem enfrentando barreiras sociais, econômicas e simbólicas que restringem sua participação plena na política. Mudar esse cenário exige reconhecer que este não é um problema das mulheres, mas de uma questão democrática que compromete a legitimidade e a pluralidade das instituições públicas.

Cada pessoa, independentemente de seu gênero, pode e deve assumir um papel ativo na transformação dessa realidade. Isso começa com atitudes cotidianas, como apoiar candidaturas femininas comprometidas com pautas de igualdade, combater

discursos misóginos e deslegitimadores e ampliar espaços de formação e escuta para mulheres que desejam atuar politicamente. No ambiente institucional, é fundamental que partidos, parlamentos e organizações da sociedade civil assumam o compromisso concreto de promover políticas afirmativas, garantir financiamento equitativo e combater a violência política de gênero.

Transformar a política para torná-la mais inclusiva é uma tarefa coletiva. A democracia só será plena quando refletir a diversidade de sua população, e isso inclui garantir que mulheres de diferentes origens, raças, territórios e trajetórias estejam no centro das decisões que moldam o presente e o futuro do país. O compromisso com essa mudança começa agora — e começa por cada um de nós.

Vote em mulheres!

Não compartilhe *fake news* sobre candidatas.

Apoie a campanha eleitoral de mulheres.

Incentive a candidatura de mulheres para cargos políticos.

Dê a oportunidade de candidatas apresentarem suas propostas eleitorais.

Denuncie fraudes eleitorais que usam mulheres como candidatas 'laranjas'.



Câmara dos Deputados

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Presidente Arthur Lira (PP-AL) | **1º Vice-Presidente** Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) | **2º Vice-Presidente** Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) | **1º Secretário** Luciano Bivar (UNIÃO-PE) | **2ª Secretária** Maria do Rosário (PT-RS) | **3º Secretário** Júlio Cesar (PSD-PI) | **4º Secretário** Lucio Mosquini (MDB-RO) | **Suplentes** Gilberto Nascimento (PSD-SP), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Beto Pereira (PSDB-MS), André Ferreira (PL-PE)

Secretaria de Comunicação Social

Secretário de Comunicação Social Jilmar Tatto (PT-SP) | **Secretário de Participação, Interação e Mídias Digitais** Luciano Ducci (PSB-PR) | **Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais** Cleber Queiroz Machado | **Coordenação de Cerimonial, Eventos e Cultura** Frederico Fonseca de Almeida

Centro Cultural Câmara dos Deputados

Supervisão do Centro Cultural Isabel Flecha de Lima | **Coordenação do Projeto** Clauder Diniz | **Revisão** Maria Amélia Elói | **Estagiário de História e Produção** André Grigório | **Projeto Gráfico** Mima Carfer, Mariana Bertelli Pagotto | **Estagiária de Design**

Jaqueline de Melo | **Manutenção da Exposição** André Venterim, Maurilio Magno, Paulo Titula, Wendel Fontenele | **Material Gráfico** Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA

Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados

Coordenação-Geral dos Direitos da Mulher

Coordenadora-Geral da Bancada Feminina Benedita da Silva | **1ª Coordenadora-Adjunta** Iza Arruda | **2ª Coordenadora-Adjunta** Laura Carneiro | **3ª Coordenadora-Adjunta** Sâmia Bomfim

Procuradoria da Mulher

Procuradora da Mulher Soraya Santos | **1ª Procuradora-Adjunta** Maria Rosas | **2ª Procuradora-Adjunta** Any Ortiz | **3ª Procuradora-Adjunta** Delegada Ione | **Curadoria** Ana Cláudia Lustosa, Samay Gomes, Yasmin Loureiro

Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP)

Coordenadora-Geral Yandra Moura | **Coordenadora do Eixo 1 - Violência Política contra a Mulher** Daiana Santos | **Coordenadora do Eixo 2 - Atuação Parlamentar e Representatividade** Amanda Gentil |

Coordenadora do Eixo 3 - Atuação Partidária e Processos Eleitorais

Pesquisa Secretaria da Mulher, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados - CEDI, André Grigório

Produção Audiovisual

Imagens Midjourney | ChatGPT | Clauder Diniz / Câmara dos Deputados | Acervo Prefeitura de Mosoró - Domínio Público | Acervo Arquivo Nacional | Acervo FGV-CPDOC | Arquivo Câmara | Livro *Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*, de Jeruse Romão | Acervo Arquivo TRE/CE | Agência Senado | Acervo Fundação Ulysses Guimarães | Acervo Pessoal | Leonardo Prado / Câmara dos Deputados | Brito Júnior / Câmara dos Deputados | Paulo Sérgio / Câmara dos Deputados | Pablo Valadares / Câmara dos Deputados | Bruno Spada / Câmara dos Deputados | Sam Robles / Flickr CBF | ASCOM / MCTI | Arquivo Nacional | Livro *Garibaldi Innamorato: La Figura Dell’eroe E Il Garibaldinismo in Toscana*, de Alessandra Frontani e Chiara Pasquinelli | Arquivo Unicamp | Arquivo SAMII | Arquivo Pessoal | JBRJ | Arquivo Graziela Maciel Barroso - Revista Pesquisa FAPESP | Arquivo INPE | Domínio Público | Adam

MULHERES NO PODER

Visitação de 26 de fevereiro a 15 de março de 2024
Segunda a sexta, das 9h às 17h
Corredor Tereza de Benguela
Câmara dos Deputados

Cuerden / Arquivo Library of Congress | Arquivo Hall da Fama do Tennis | Arquivo Pastoral da Criança | Pexels | Freepik

Agradecimentos

Maíra Brito, Nilcy Flexa, Iara Cordeiro, Rafael Gomes, Cristiane Bernardes

Informações:
0800 0 619 619 | cultural@camara.leg.br

Palácio do Congresso Nacional
Câmara dos Deputados | Anexo I – Sala 1601
CEP 70160-900 – Brasília/DF

www.camara.leg.br/centrocultural

Brasília, fevereiro de 2024



Impresso em papel offset 150 g/m² e papel cartão 350 g/m² em julho de 2025 pela gráfica da Câmara dos Deputados.

Mulheres no Poder (2024 : Brasília, DF)
Mulheres no Poder [recurso eletrônico]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Centro Cultural, 2024.

Título aparece no item como: O Centro Cultural Câmara dos Deputados apresenta a exposição Mulheres no Poder.
Catálogo da exposição realizada na Câmara dos Deputados, de 26 de fevereiro a 15 de março de 2024, no Corredor Tereza de Benguela, anexo II.
Versão e-book.
Modo de acesso: bd.camara.leg.br
Disponível, também, em formato impresso.
ISBN 978-85-402-1113-1

1. Mulher, exposição, Brasil, catálogo. 2. Mulher na política, exposição, Brasil, catálogo. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro Cultural. II. Título.

CDU 396(81)

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109

ISBN 978-85-402-1112-4 (papel) | ISBN 978-85-402-1113-1 (e-book)

